

Esforço de integração

O GLOBO

29 ABR 1988

A. GOMES DA COSTA

Os europeus vivem uma experiência aliciante e desafiadora: depois da criação do espaço econômico e dos preparativos para o funcionamento, a partir de 1992, de um grande mercado interno, começam a aplicar as mesmas idéias noutros domínios. Schumann e os antigos fundadores da Comunidade talvez sonhassem com a formação dos "Estados Unidos da Europa"; mas a verdade é que foram tantos os obstáculos que tiveram de ser ultrapassados, uns de natureza política e outros de caráter econômico, que só nos anos mais recentes os governos passaram a estudar a sério e a dar luz verde a alguns projetos que na área da Ciência, da Tecnologia e da Educação têm por objetivo reforçar a unidade do continente. "Se um carro ou um pepino podem circular da Grécia à Dinamarca, não faz sentido que as pessoas não o possam fazer" — declarou há dias em Bruxelas o Vice-Presidente da CEE para assuntos sociais e educativos, Sr. Manuel Marin. Para isso é indispensável, entre outras coisas, que os países-membro comecem a adotar um tipo de ensino mais ou menos unificado, sobretudo a nível médio e a nível superior, de forma a permitir e a facilitar não só a correspondência dos cursos e a mobilidade dos estudantes, como também o livre acesso à profissão dentro do espaço comunitário. Neste sentido, já estão em andamento dois projetos: o Comett e o Erasmus, destinados, o primeiro, a promover as relações entre as Universidades e as empresas, no setor de tecnologia de ponta; e o segundo, a facilitar que os estudantes façam o curso, por estágios, em es-

tabelecimentos de ensino de vários países.

É claro que existem algumas reações contra estes movimentos: antes de ser europeu, um francês é francês; um belga é belga; um espanhol é espanhol; um português é português etc. E esse nacionalismo reflete-se com mais intensidade no programa de uma escola ou no "numerus clausus" de uma Universidade do que na linha de produção de uma fábrica, na participação de um programa tecnológico como o "Eureka", ou no sistema de tarifas das alfândegas.

Depois, ainda há o problema das línguas estrangeiras, que não é fácil de ser resolvido. Dentro das condições atuais, seria inevitável a preferência pelo inglês e pelo francês e essa opção naturalmente não agrada a outros países-membro, que também se julgam no direito de ter o seu idioma qualificado para os programas comunitários.

É certo que por enquanto as pretensões na política do ensino são limitadas à formação profissional. E existem campos, como, por exemplo, a Medicina, o Direito ou a Engenharia, onde a livre transferência de estudantes de um para outro país, ou o ajuste de disciplinas interuniversitárias não é difícil de ser implantado. Entretanto, pode-se prever que no futuro a tendência será a de uma abertura maior a projetos desta natureza. A proposta da "Europa dos cidadãos" passa necessariamente pela reforma do ensino e pelo acesso a experiências científicas e tecnológicas por parte dos países-membro.

Ora bem: ao acompanhar estes ensaios que se fazem na Europa

das Comunidades, em que cada país se mostra disposto a ceder até os limites de sua soberania, de seus interesses ou de sua identidade, para constituir, no conjunto, um espaço político, econômico e cultural liberto das velhas quizilas e rivalidades continentais e apetrechado para emparelhar-se com outras grandes potências, dá-nos uma certa frustração ver que os povos de língua portuguesa, espalhados por três continentes, ainda não foram capazes de se articularem entre si, em alguns projetos comuns. Falam o mesmo idioma, possuem traços que se cruzaram ao longo dos séculos, têm tudo para se entenderem, pois, mesmo assim, não mostraram capacidade até hoje para implementar seja no campo econômico, seja na área tecnológica, seja no âmbito cultural, uma política sincronizada, que apontasse para a construção de "espaços comuns" e para a defesa de patrimônios que a eles pertencem em condomínio. A rigor, não se saiu da esfera do Direito Constitucional, que, em condições da reciprocidade, assegura aos povos de expressão portuguesa o exercício de direitos especiais. Mas, quanto ao resto, na economia ou nas consultas políticas, no ensino ou na tecnologia, não conseguimos lançar, em força, as bases de uma comunidade que tem como impulsores naturais a língua, as matrizes da cultura e as reservas da História.

Temos o fruto ao alcance das mãos — e, parados, olhamos a torre, como o Gonçalo, esperando a velhice.

A. Gomes da Costa é Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.